

PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS COMO FERRAMENTA DE ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DE ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA ÁREA DA SAÚDE DO MUNICÍPIO BRASILEIRO DE RIBEIRÃO PRETO

Glauce Lunardelli Trevisan¹, Luciana Maria Gasparelo Spigolon Frollini¹

¹Faculdade de Tecnologia de FATEC Ribeirão Preto (FATEC)
Ribeirão Preto, SP – Brasil

gltrevisa@gmail.com, luciana.spigolon01@fatec.sp.gov.br

Resumo: *O objetivo deste estudo foi analisar os índices de sustentabilidade, propostos como indicadores de cumprimento das metas dos Objetivos de Desenvolvimento sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), relacionados aos serviços básicos de saúde, no município brasileiro de Ribeirão Preto, após a adesão ao Programa Cidades Sustentáveis, de modo a avaliar a gestão das políticas adotadas durante esse período. Por meio da análise qualitativa de dados secundários foi verificado que município de Ribeirão Preto apresenta desafios quanto ao atingimento da maioria dos indicadores de sustentabilidade do ODS 3, indicando necessidade de maior empenho da esfera pública e transparência junto à esfera civil para sua efetivação.*

Abstract: *The focus of this study was to analyze the sustainability indices, proposed as indicators of compliance with the goals of the Sustainable Development Goals (SDGs) of the United Nations (UN), related to basic health services, in the Brazilian municipality of Ribeirão Preto, after joining the Sustainable Cities Program, in order to assess the management of policies adopted during this period. Through qualitative analysis of secondary data, it was found that the municipality of Ribeirão Preto has challenges in achieving most of the sustainability indicators of the SDG 3, indicating the need for greater commitment of the public sphere and transparency with the civil sphere for its effectiveness.*

1. Introdução

Nos dias atuais, mais da metade da população mundial vive em cidades de vários tamanhos. A ONU estima que até 2050, cerca de dois terços de toda a humanidade estarão localizados em áreas urbanas e assentamentos periurbanos. Esta situação sugere que a busca pelo desenvolvimento sustentável deve levar em conta a necessidade de tornar as cidades mais habitáveis. Isto, por sua vez, significa que existe a necessidade de transformar a forma como as cidades são construídas e administradas (WHO, 2018).

Existe a necessidade percebida de identificar, testar, e implementar medidas que possam levar a uma melhor qualidade do ambiente e um melhor equilíbrio entre as populações urbanas e os ecossistemas. Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU oferecem uma nova oportunidade e um impulso para a criação de cidades e assentamentos humanos mais sustentáveis.

O objetivo deste estudo foi selecionar e analisar índices propostos como metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável pela Organização das Nações Unidas (ONU), relacionados aos serviços básicos de saúde - ODS 3 - no município brasileiro de Ribeirão Preto, localizados no Estado de São Paulo, após a adesão ao Programa Cidades Sustentáveis, de modo a avaliar a gestão das políticas adotadas durante esse período.

2. Referencial teórico

2.1 Desenvolvimento sustentável: acesso à serviços básicos

O acesso aos serviços básicos implica o direito à moradia, educação, energia e saúde, entre outros benefícios de interesse público que são essenciais para satisfazer as necessidades humanas e garantir a vida. Os serviços básicos garantem justiça social e contribuem para a igualdade de tratamento de todos os cidadãos, constituindo um aspecto chave para promover a economia, coesão social e territorial e, como consequência, o desenvolvimento sustentável (PLATA; PÉREZ, 2020, p.1). O acesso aos serviços básicos se baseia nos princípios de acesso universal aos bens e serviços, bem como direitos fundamentais. Portanto, o Estado é obrigado a regular e assegurar a prestação de serviços de qualidade no interesse da promover e alcançar o bem-estar social e a proteção social de sua população.

Segundo Plata e Perez (2020, p.1), para abordar o conceito de serviços básicos, a primeira coisa que precisa ser especificada é o tipo de serviços existentes e quais deles são considerados básicos e por quê. Em primeiro lugar, os serviços se referem a uma combinação de satisfações que são fornecidas à população a fim de alcançar seu bem-estar sem cuidar de sua concentração ou dispersão territorial. A partir da Declaração Universal de Direitos Humanos (UNITED NATIONS, 1948, n.p.) e concretamente sobre o artigo 25, é sinalizado que "todos tem o direito a um padrão de vida adequado para a saúde e o bem-estar de si mesmo e de sua família, incluindo alimentação, vestuário, moradia e cuidados médicos e serviços sociais necessários".

Os serviços sociais necessários podem ser entendidos como aqueles fornecidos pelo governo ou pelo setor privado para alcançar e desfrutar de um padrão de vida e para promover um padrão de vida mais equitativo nas sociedades. Educação, subsídios alimentares, assistência médica, segurança, treinamento profissional, registro civil e subsidiado habitação foram incluídas entre os serviços sociais.

Com o avanço da sociedade industrial, os serviços sociais foram transformados em serviços públicos. Dada esta conotação pública (para todos, para cada pessoa), foram concebidos como indispensáveis para o bom funcionamento das cidades e o único ator com capacidade para equipar e garantir o funcionamento desses tipos de serviços seria o governo em seus diferentes níveis (federal, estadual e municipal).

A União Europeia regulamentou o acesso a serviços essenciais (ou básico) e seus benefícios sob os seguintes princípios: qualidade e acessibilidade econômica. A partir de

esta perspectiva, o acesso aos serviços constitui um pilar fundamental para promover a coesão social, econômica e territorial e o desenvolvimento sustentável (SOCIAL PLATFORM, 2018).

Em 1987, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em seu relatório “Nosso Futuro Comum”, expressou que o desenvolvimento sustentável é um tipo de desenvolvimento que "atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender às suas próprias necessidades" (UNITED NATIONS, 1987, n.p.). Da perspectiva da Comissão Mundial, o acesso aos serviços essenciais tinha que ser assegurado para que ocorresse justiça social e proteção ambiental. A deficiência na prestação de serviços foi uma das consequências da deterioração ambiental global.

Desde então, diferentes agendas para a desenvolvimento sustentável têm abordado os serviços básicos. Em 2015, países membros das Nações Unidas adotaram a “Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”. Seus objetivos são acabar com a pobreza, proteger o planeta, e garantir a prosperidade de homens e mulheres de todas as idades e condições. A Agenda de 2030 inclui 17 Objetivos de Desenvolvimento (ODS) e 169 metas (UNITED NATIONS, 2018, n.p.). O ODS 3 “Garantir vidas saudáveis e promover o bem-estar para todos em todas as idades” aborda implícita e explicitamente o acesso a serviços básicos na área da saúde.

Entre as metas da ONU a serem atingidas até 2030, ODS 3 tem seu foco principal na saúde da população. Por isso, apresenta metas como: a redução drástica da mortalidade materna, o fim das mortes evitáveis de bebês e crianças, o combate a doenças como a AIDS, a tuberculose, a malária, a hepatite, entre outras transmissíveis. Também trata da redução a um terço das mortes prematuras por doenças não transmissíveis, como hipertensão e diabetes. Já que os usos de álcool, de tabaco e de entorpecentes são graves problemas de saúde pública, eles também são alvo deste ODS. Por fim, as mortes em situações de trânsito constituem outra preocupação.

O acesso aos sistemas de saúde e o sistema de prevenção e de proteção do bem-estar dos cidadãos também são abordados aqui neste ODS, assim como novos desenvolvimentos de vacinas e pesquisas para a melhoria da saúde no planeta.

A coleta e o tratamento de informações sobre saúde pública no Brasil já têm uma série de referências, que se aprimoram a cada ano, e podem ser estudadas por meio do DataSUS (BRASIL, 2021), o departamento de informática do Sistema Único de Saúde (SUS). Estão disponíveis estatísticas de nascimento, mortalidade, registros de incidência de doenças e até mesmo internações e custos associados.

O desafio, portanto, não é exatamente produzir informações e indicadores, mas sim, fazer com que cada município aperfeiçoe seu processo de registro dos dados de saúde, e se aproprie das estatísticas, de forma a promover melhorias substanciais no bem-estar e na prevenção de doenças.

2.2 Brasil: o Programa Cidades Sustentáveis

O Programa Cidades Sustentáveis (PCS) nasceu por iniciativa da sociedade civil organizada, com o objetivo de contribuir para a sustentabilidade das cidades brasileiras, buscando melhorar a qualidade de vida e o bem-estar da população em geral. É uma

agenda de sustentabilidade urbana que incorpora as dimensões social, ambiental, econômica, política e cultural no planejamento municipal que, desde 2012, atua na sensibilização e mobilização de governos locais para a implementação de políticas públicas estruturantes, que contribuam para o enfrentamento da desigualdade social e para a construção de cidades mais justas e sustentáveis (PCS, 2012).

O programa PCS oferece ferramentas e metodologias de apoio à gestão pública e ao planejamento urbano integrado, além de mecanismos de controle social e estímulo à participação cidadã. As ferramentas do PCS incluem um conjunto de mais de 300 indicadores relacionados às diversas áreas da administração pública, um painel de monitoramento para o Plano de Metas e um software que permite a comparação de dados e informações entre as cidades. O PCS também oferece um banco de boas práticas com casos exemplares de políticas públicas no Brasil e no mundo, um programa de formação e capacitação para gestores públicos municipais, documentos de orientação técnica e conteúdos informativos para o público geral. As metodologias, ferramentas e demais conteúdo do programa são disponibilizados nesta plataforma, um ambiente web aberto e de acesso livre, com recursos interativos e funcionalidades para gestores públicos e outros usuários (PCS, 2012).

O PCS visa contribuir com as gestões municipais na implementação de instrumentos de planejamento de políticas públicas que considerem a sustentabilidade em projetos e ações dos poderes executivos e legislativos municipais, além do devido comprometimento dos setores privados e das sociedades locais.

As cidades participantes ou dos signatários da carta compromisso ou carta adesão têm como incentivo de adesão ao Programa: visibilidade no site do programa e nos materiais de divulgação; visibilidade de ações, projetos e programas que contribuam com a sustentabilidade; troca de experiências e informações com as outras cidades participantes do programa; apoio técnico para a promoção de encontros sobre a sustentabilidade urbana, além de ganharem o selo de cidade participante e estarem aptas a se inscreverem ao prêmio cidades sustentáveis (PCS, 2012).

A plataforma do Programa é estruturada como uma agenda de ações e iniciativas, onde propõe a sustentabilidade com a construção de cidades inclusivas, prósperas, criativas, educadoras, saudáveis e democráticas. Apresenta 12 eixos temáticos e cada um é identificado por uma cor única que está presente no símbolo do logotipo do Programa. O Programa reúne mais de 300 indicadores gerais, escolhidos em um processo de construção do coletivo, além de apresentar um conjunto de 100 indicadores básicos, sugeridos de acordo com o número de habitantes de cada município (PCS, 2012).

Os 12 eixos que integram a plataforma, os quais são abordados detalhadamente no Guia de Gestão Pública Sustentável, são: 1. Governança; 2. Bens Naturais Comuns; 3. Equidade, Justiça Social e Cultura da paz; 4. Gestão Local para a Sustentabilidade; 5. Planejamento e Desenho Urbano; 6. Cultura para a Sustentabilidade; 7. Educação para a Sustentabilidade e Qualidade de Vida; 8. Economia Local Dinâmica, Criativa e Sustentável; 9. Consumo Responsável e Opções de Estilo de Vida; 10. Melhor Mobilidade, menos Tráfego; 11. Ação Local para a Saúde; 12. Do Local para o Global.

O trabalho do PCS com dados e indicadores abriram caminho para a construção de uma agenda municipal pautada e orientada pelos ODS: a criação do Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil (IDSC-BR).

O IDSC-BR é uma ferramenta que pretende gerar um movimento de transformação nas cidades brasileiras, orientando a ação política municipal na definição de referências e metas com base em indicadores de gestão e facilitando o monitoramento dos ODS em nível local. Há um índice para cada objetivo e outro para o conjunto dos 17 ODS. Desse modo, o índice apresenta uma avaliação dos progressos e desafios dos municípios brasileiros para o cumprimento da Agenda 2030.

Os indicadores propostos pelo Programa Cidades Sustentáveis servem como subsídios para as políticas públicas, pois permitem uma análise da localidade através de um conjunto de variáveis que envolvem a dimensão social, econômica, política, ambiental e cultural.

O PCS fornece dados mensuráveis representativos para os municípios, possibilitando traçar diagnósticos acerca das reais circunstâncias nas quais as variáveis se apresentam através da utilização de indicadores de sustentabilidade. Desse modo, como o município de Ribeirão Preto, ao assinar o compromisso com o Programa, utiliza os indicadores de sustentabilidade para melhorias na governança e políticas públicas municipais?

Buscou-se nesse estudo analisar a evolução dos índices de sustentabilidade na área da saúde no município de Ribeirão Preto, bem como avaliar as parcerias entre o governo, o setor privado e os cidadãos, para fazer avançar o desenvolvimento sustentável local e regional.

3. Metodologia

3.1 Coleta e análise de dados

Esse estudo teve quanto aos objetivos, natureza descritiva qualitativa, por meio de pesquisa de dados secundários, utilizando como base os índices de sustentabilidade disponibilizados abertamente pela plataforma do Programa Cidades Sustentáveis e por órgãos públicos oficiais, incluindo: o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a homepage da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto e DataSUS - Departamento de Informática do SUS do Ministério da Saúde.

Os Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades - Brasil (IDSC-BR) representam uma avaliação abrangente da distância para se atingir as metas dos objetivos ODS em 770 municípios brasileiros, usando os dados mais atualizados (tipicamente entre 2010 e 2019) disponíveis em nível nacional.

A pontuação do IDSC-BR é atribuída no intervalo entre 0 e 100 e pode ser interpretada como a porcentagem do desempenho ótimo. A diferença entre a pontuação obtida e 100 representa a distância em pontos percentuais que uma cidade precisa superar para atingir o desempenho ótimo.

4. Resultados e Discussão

4.1 Características e classificação do município no PCS

O município de Ribeirão Preto, analisado nesse estudo, foi escolhido por sua importância econômica dentro do Estado de São Paulo. Os dados analisados nesse trabalho se limitam ao período de 2010 a 2020.

Ribeirão Preto aderiu ao Programa Cidades Sustentáveis (PCS) em agosto de 2016, quando o Prefeito em exercício, Duarte Nogueira, assinou a Carta de Compromisso com o Programa.

A Tabela 1 apresenta a caracterização do município de Ribeirão Preto quanto ao número de habitantes, a classificação (entre os 770 municípios participantes no PCS) e a pontuação geral quanto às metas atingidas no Programa Cidades Sustentáveis. A pontuação final mede o progresso total das cidades para a realização de todos os 17 ODS. Uma pontuação 100 indica a realização ótima dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Tabela 1. Classificação do Município de Ribeirão Preto quanto ao número de habitantes, classificação e pontuação geral no Programa Cidades Sustentáveis.

Cidade	Ribeirão Preto
Número de habitantes (Ano base 2020)	711 825
Classificação geral entre os 770 municípios do PCS	90
Pontuação geral entre os 100 municípios com melhores indicadores	62,47

Fonte: (Autor, 2021)

Ribeirão Preto é um município brasileiro sede da Região Metropolitana de Ribeirão Preto (RMRP), no interior do estado de São Paulo, Região Sudeste do país. Pertence à Mesorregião e Microrregião de Ribeirão Preto, localizando-se a nordeste do estado, distando da Capital do Estado cerca de 315 km. Ocupa uma área de 650,916 km², sendo que 127,309 km² estão em perímetro urbano. O município de Ribeirão Preto possuía uma população estimada de 711.825 habitantes nas estimativas do IBGE (2021), sendo o 7º município paulista com mais de 500 mil habitantes, estando entre os 29 mais populosos, considerando as capitais, e entre os 9 mais populosos, excluindo as capitais.

O perfil demográfico do município, com base no censo IBGE 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (não realização do censo de 2020 devido pandemia covid-19), aponta que a população ribeirão-pretana é predominantemente da cor branca (72,88%), seguida pela cor parda (22,83%) (IBGE, 2011). Em relação à pirâmide populacional, de acordo com estimativa do IBGE para o ano 2020, há uma equivalência entre os sexos (48,33% do sexo masculino e 51,67% do sexo feminino), com predomínio da população feminina a partir da faixa etária de 35 anos, perdurando predomínio até a faixa etária dos 80 anos ou mais. O sexo masculino predomina na faixa etária de zero a 34 anos.

Segundo o IBGE, em 2018, o PIB per capita em Ribeirão Preto era de R\$ 49.425,29, encontrando-se na 84ª posição de 645, em relação ao maior percentual do PIB, em comparação com os demais municípios do Estado, e na 3ª posição na região do DRS XIII. Na comparação com as cidades de todo o Brasil, sua colocação era 419ª de 5.570 cidades. Em 2015, 43,8% do orçamento municipal era proveniente de fontes externas,

ocupando a 619ª posição das 645 cidades do Estado, e 4.973ª de 5.570 das cidades de todo país (IBGE, 2021), demonstrando que Ribeirão Preto tem boa capacidade de arrecadação, dependendo menos dos recursos provenientes de fontes externas.

O café, que foi por algum tempo uma das principais fontes de renda do município, perdendo espaço para outras culturas e principalmente para o setor industrial. Na segunda metade do século XX foram incrementados investimentos nas áreas de saúde, biotecnologia, bioenergia e tecnologia da informação, sendo declarada em 2010 como "polo tecnológico". Além da importância econômica, o município é relevante centro de saúde, educação, pesquisas, turismo de negócios e cultura do Brasil.

Ribeirão Preto ocupa a 90ª posição no ranking geral das cidades cadastradas no PCS, tendo atingido 62,47% das metas dos ODS durante o período de 2017-2020.

4.2 Desempenho do município de Ribeirão Preto quanto aos indicadores que representam a evolução para atingir as metas do ODS 3

Os indicadores, na plataforma do PCS são representados por escalas, quanto mais ou menos próximo o índice estiver de atingir as metas estabelecidas: “pleno atendimento”, “há desafios”, “há desafios significativos” e “atendimento precário”, onde será necessário superar grandes desafios para o cumprimento dos ODS. Utilizamos esses parâmetros para a classificação nesse estudo.

Em relação aos indicadores do PCS escolhidos para análise, referentes ao ODS 3 – “Saúde e bem-estar”, observou-se que Ribeirão Preto apresenta grandes desafios para o cumprimento das metas do ODS 3 (Tabela 2). Os indicadores de saúde no município apresentam desafios, sobretudo na Atenção Básica – considerada a base da saúde pública, responsável pelo monitoramento, prevenção e diagnóstico precoce de doenças, evitando que o estado de saúde se agrave com o decorrer do tempo. Segundo o relatório de gestão publicado pela Secretaria da Saúde, em 2017 a Atenção Básica da rede pública conseguia abranger apenas 51,5% da população de Ribeirão Preto (considerando o número de profissionais e suas respectivas cargas horárias).

No Brasil, todos têm direito ao atendimento gratuito por meio do SUS (Sistema Único de Saúde), considerado referência mundial em saúde pública que, embora universal, não garante qualidade a todos. Um dos pilares da atenção básica é a Estratégia Saúde da Família (ESF), com equipes de profissionais de saúde e assistência social atuando diretamente na comunidade ao entorno, acompanhando de perto as famílias. Ribeirão Preto, em 2017, tinha 45 ESF implantadas, sendo 48 ESF em 2018 e 51 em 2019. Atualmente, o município conta com 51 ESF implantadas, sendo cinco equipes no Distrito Central, três no Distrito Sul, 15 equipes no Distrito Norte, 24 no Distrito Oeste e quatro no Distrito Leste. Cada equipe é composta por um médico, um enfermeiro, dois auxiliares e/ou técnicos de enfermagem e cinco a seis agentes comunitários de saúde. Neste momento, a Estratégia Saúde da Família, no município, apresenta cobertura de 25% da atenção primária e desses 85% da população está cadastrada no e-SUS (PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO, 2021).

Tabela 2. ODS 3. Saúde e bem-estar no Município de Ribeirão Preto

Indicadores	Descrição do Indicador	Meta a ser atingida	Meta atingida	Ano base	Situação
População atendida por equipes de saúde da família	Percentual de cobertura populacional por equipes de saúde da família.	40	9,77	2016	Há desafios significativos
Unidades Básicas de Saúde	Número de unidades básicas públicas de atendimento em saúde, por mil habitantes.	12	0,81	2019	Atendimento precário
Mortalidade infantil (crianças menores de 1 ano)	Proporção de óbitos de crianças menores de um ano em cada mil crianças nascidas vivas de mães residentes.	0	8,69	2018	Pleno atendimento
Mortalidade materna	Proporção de óbitos femininos por causas maternas sobre o total de nascidos vivos no município, por mil nascidos vivos.	0	5,95	2018	Há desafios
Mortalidade na infância (crianças menores de 5 anos de idade)	Taxa de mortalidade na infância (número de óbitos infantis – menores de 5 anos – por mil nascidos vivos).	0	10,23	2018	Pleno atendimento
Mortalidade neonatal (crianças de 0 a 27 dias)	Taxa de mortalidade neonatal (número de óbitos infantis – de 0 a 27 dias – por mil nascidos vivos).	0	6,9	2018	Pleno atendimento
Mortalidade por doenças crônicas não transmissíveis	Taxa de mortalidade por doenças crônicas não transmissíveis, por 100 mil habitantes.	60	394,22	2018	Há desafios significativos
Cobertura de Vacinas	Percentual da população imunizada.	100	79,21	2019	Há desafios
Deteção de hepatite ABC	Taxa de deteção de hepatite B na população total, por 100 mil habitantes	0	41,18	2018	Atendimento precário
Leitos hospitalares	Leitos hospitalares públicos e privados disponíveis por mil habitantes.	13	3,10	2019	Há desafios significativos
Orçamento municipal para a saúde	Gasto total do orçamento municipal em saúde, per capita.	2800	912,62	2018	Há desafios

Fonte: (Autor, 2021)

Uma das metas mais ambiciosas do ODS 3 da ONU é reduzir em um terço, até 2030, “a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis via prevenção e tratamento”. No Brasil, as doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) foram responsáveis por metade das mortes da população de 30 a 69 anos em 2015. As principais DCNT são doenças cardiovasculares, cânceres, doenças respiratórias crônicas e diabetes. As suas causas são multifatoriais, desde tabagismo e uso excessivo de álcool até alimentação não saudável e falta de exercícios físicos. Os números de Ribeirão Preto são próximos aos nacionais e estaduais. Em 2015, a taxa de Doenças Crônicas morte por DCNT para cada 100.000 habitantes foi de 311 a nível local. No mesmo ano, São Paulo teve taxa de 331 e o Brasil de 305. Para atingir a meta da ONU, em Ribeirão Preto a taxa deve cair para 207 mortes para cada 100.000 mil habitantes até 2030.

Segundo dados levantados na Secretaria de Saúde de Ribeirão Preto, as mortes prematuras por DCNT são mais recorrentes em bairros periféricos e pobres e, segundo a Prefeitura, quanto maior a vulnerabilidade social, maior o risco de morte prematura por doenças que poderiam ser evitadas (INSTITUTO RIBEIRÃO 2030, 2019).

A Prefeitura passou a investir na capacitação de profissionais, na distribuição adequada de medicamentos e na atualização de protocolos de atendimento.

Sobre as doenças transmissíveis, as arboviroses, doenças transmitidas por artrópodes e na realidade local transmitidas principalmente pelo mosquito do gênero *Aedes* são destaques em Ribeirão Preto. A dengue, pelo potencial epidêmico e de causar casos graves, apresenta elevado impacto na saúde pública do município, em especial nos períodos de elevada transmissão, com nos anos de 2013, 2016 e 2019. A tuberculose e a hanseníase, associadas com baixas condições socioeconômicas e com forte estigma social, ainda apresentam um elevado número de notificações em Ribeirão Preto.

Apesar de já estarem dentro dos parâmetros da ONU, os indicadores de mortalidade infantil e materna de Ribeirão Preto estão longe dos de países desenvolvidos. A morte materna é registrada quando a mulher morre durante a gestação ou até 42 dias após seu término, ocasionada por qualquer causa relacionada com ou agravada pela gravidez. Em Ribeirão, em 2017, essa taxa foi de 36 para cada 100 mil nascidos vivos.

A mortalidade na infância também está em um patamar já abaixo do preconizado. A taxa em Ribeirão foi de 10,74 mortes de crianças com menos de 5 anos para cada 1.000 nascidas vivas em 2017, segundo IBGE.

O município desenvolve políticas de ações preventivas que colaboram desde o atendimento pré-natal à gestante, a qualidade da assistência ao parto, o incentivo ao parto normal, a qualidade do atendimento ao recém-nascido, o incentivo ao aleitamento materno, à vacinação e às consultas médicas e de enfermagem. O Comitê de Prevenção de Óbito Materno e Infantil de Ribeirão Preto foi constituído em 7 de outubro de 2002, Portaria nº 1484. É um organismo interinstitucional de caráter eminentemente educativo, congregando a Secretaria Municipal de Saúde e a sociedade civil organizada (representantes dos hospitais que prestam serviços na assistência às mulheres e crianças, escolas de enfermagem e medicina), contando com a participação de médicos ginecologistas, pediatras e enfermeiros, cuja atribuição é dar visibilidade, acompanhar e monitorar os óbitos infantis e maternos. Todos os óbitos infantis de residentes no município são investigados pelo Comitê de Prevenção de Óbito Materno e Infantil de Ribeirão Preto em reuniões quinzenais. Ao longo dos anos, de acordo com o diagnóstico técnico, o Comitê e as equipes dos Programas de Saúde da Mulher e da Criança vêm

desenvolvendo propostas e ações com os profissionais da Atenção Básica e da Atenção Hospitalar, tem mantido vigilância da assistência ao pré-natal e ao recém-nascido, procurando conhecer e minimizar as dificuldades existentes, particularmente aquelas identificadas como de “risco” (PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO, 2021).

Os óbitos maternos de residentes no município, são investigados pelo Comitê de Mortalidade Materna. O Comitê de Investigação da Mortalidade Materna e a Coordenadoria de Assistência Integral à Saúde da Mulher - CAISM desenvolvem estudos para a compreensão das circunstâncias de ocorrência dos óbitos: identificação dos fatores de risco, definição de políticas de saúde dirigidas à redução das mortes evitáveis e melhoria nos registros e indicadores sobre a mortalidade. A partir daí foram iniciadas ações em saúde de prevenção da mortalidade materna objetivando a integração dos serviços de saúde, a assistência integral ao pré-natal, parto e puerpério de baixo e alto risco, o atendimento das gestantes nos Pronto-Atendimentos (PA) e o oferecimento do planejamento reprodutivo. Essas ações estão em continuidade e monitoramento, são realizadas em conjunto pelas equipes da Atenção Básica, Comitê de Mortalidade Materna, CAISM e Atenção Hospitalar, visando à melhoria da atenção ao pré-natal, parto e puerpério e, conseqüentemente, a redução da mortalidade materna (PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO, 2021).

Segundo a Prefeitura, no segundo semestre de 2018 a Secretaria Municipal da Saúde iniciou um projeto de reestruturação da Atenção Básica, com o objetivo de reorganizar os atendimentos, reduzir filas e otimizar o serviço oferecido à população, de modo a priorizar a descentralização de responsabilidades, autonomia e confiabilidade dos serviços de saúde.

O ODS 3 prevê “aumentar substancialmente o financiamento da saúde”. Em Ribeirão, o setor já é o que mais recebe recursos municipais. No orçamento de 2019, 31% do total de recursos da administração direta foram reservados para Financiamento a Saúde, incluindo a arrecadação municipal e transferências dos governos estadual e federal. A pasta tem, ao todo, R\$ 650,2 milhões.

Considerando apenas a arrecadação de impostos, a Saúde abocanha 26,6%. bem acima do mínimo previsto pela legislação, que impõe piso de 15%. O gasto per capita na Atenção Básica em 2017 no município foi de R\$ 311 por habitante.

Ribeirão Preto participa efetivamente do Programa Cidades Sustentáveis desde 2016. Porém, os dados de referência para os cálculos dos índices de sustentabilidade pelo Programa Cidade Sustentáveis vêm de outras fontes de informação, como por exemplo, o IBGE e DataSUS. O site da Prefeitura não disponibiliza informações sobre sua participação no Programa e não há sequer um relatório de sustentabilidade em cumprimento aos compromissos firmados pelo prefeito da administração vigente, Duarte Nogueira, durante a campanha eleitoral, referente à publicação de metas de desenvolvimento sustentáveis e indicadores de resultados.

O relatório final sobre o “Programa de Metas – Gestão 2017-2020” do município e o diagnóstico contemplando o número mínimo de indicadores dentro dos 12 eixos temáticos do PCS, o relatório de prestação de contas do Programa Cidades Sustentáveis, o preenchimento dos indicadores/métricas por eixos na plataforma do próprio PCS para que haja um acompanhamento aberto dos dados e o contato dos responsáveis na administração pelo acompanhamento do PCS, ainda não haviam sido publicados até a

data desse estudo. Além disso, também não foi realizada audiência pública para discussão do PSC, apesar de constar na carta de compromisso assinada.

Dessa forma, surgiram organizações voluntárias com o objetivo e finalidade de atuar a favor do desenvolvimento sustentável da cidade, por meio do controle social, para defesa do interesse público e o cumprimento das metas definidas nos ODS, fiscalizando, acompanhando e divulgando as execuções da gestão dos poderes, das entidades públicas e autarquias a eles relacionadas e que constituem suporte da administração pública municipal, de forma a assegurar o uso ético e transparente dos recursos públicos e o desenvolvimento adequado dos serviços e, ainda, sugerir ou realizar ações propositivas para o melhor desenvolvimento da gestão pública na cidade.

5. Considerações Finais

Os dados analisados nesse trabalho se limitam ao período de 2010 a 2019. Esse período foi delimitado por apresentar disponibilidade de dados nas fontes públicas oficiais. Encontramos também limitações quanto ao ano de referência para alguns indicadores. Por falta de atualização, alguns dados apresentados são relativamente antigos. O último Censo do IBGE foi realizado em 2010, com previsão para nova realização em 2022. Essa lacuna de informações ao longo do tempo reflete diretamente na análise da evolução dos indicadores, frente à todas as mudanças que ocorreram nos contextos políticos, econômicos e sociais. Isso realça a necessidade de investir em dados recentes e regularmente atualizados.

Os resultados mostram que o município de Ribeirão Preto deve acelerar os esforços para atingir o ODS relacionados aos serviços básicos de saúde. Os dados e indicadores deste estudo não levam em consideração os efeitos da pandemia, uma vez que muitos deles se referem a períodos anteriores à disseminação do novo coronavírus. A Covid-19 gerou consequências graves para todos os países e, se as cidades brasileiras já apresentavam muitos desafios para atingir os ODS antes da pandemia, inclusive o ODS 3 (Saúde e Bem-estar), essas dificuldades foram ampliadas. Isso mostra que, para a recuperação a longo prazo da pandemia, Ribeirão Preto deve incluir investimentos sociais e mais transparência nas ações implementadas, sobretudo após ter assumido o compromisso com os ODSs.

6. Referências

BRASIL (2021) Ministério da Saúde. DATASUS. Disponível em: <https://datasus.saude.gov.br/>. Acesso em: 13 nov. 2021.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2011) Censo demográfico 2010: Características da população e dos domicílios; Resultados do universo. Rio de Janeiro.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2021). Cidades. «Ribeirão Preto». Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/ribeirao-preto/panorama>. Acesso em: 13 nov. 2021.

INSTITUTO RIBEIRÃO 2030. (2019). Revista Diagnósticos ODS. Diagnósticos locais. Disponível em > <https://www.ribeirao2030.com.br/ods-diagnosticos/>. Acesso em: 14 nov. 2021.

PLATA, J.; PÉREZ, MCG. (2020). Access to Basic Services: From Public Benefit Practice to a Sustainable Development Approach (pp.1-10); in: Leal Filho et al. (eds.), Sustainable Cities and Communities, Encyclopedia of the UN Sustainable Development Goals. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/978-3-319-95717-> Acesso em: 14 nov. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO (2021) Secretaria da Saúde: plano municipal de saúde de Ribeirão Preto 2022-2025. Disponível em: <https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/portal/pdf/saude99202106.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2021.

PCS - PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS. (2012) O Programa. São Paulo. Disponível em: <https://www.cidadessustentaveis.org.br>. Acesso em: 18 fev. 2021.

SOCIAL PLATFORM (2018) Building Social Europe: A comprehensive implementation plan for an effective European pillar of social rights. 22 February 2018. <http://www.socialplatform.org/wp-content/uploads/2018/03/Building-Social-Europe-A-comprehensive-implementation-plan-for-an-effective-EPSR.pdf>. Acesso em: 6 jul. 2021.

UNITED NATIONS (1948) Article 25: Right to Adequate Standard of Living. Universal Declaration of Human Rights. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=23970&LangID=E>. Acesso em: 15 jun. 2021.

UNITED NATIONS (1987) Report of the World Commission on Environment and Development: our common future. Disponível em: <http://www.un-documents.net/our-common-future.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2021.

UNITED NATIONS (2018) Sustainable development goals. Disponível em: <https://www.un.org/sustainabledevelopment/sustainabledevelopment-goals/>. Acesso em 1 jul. 2021.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (2018) Drinking-water. Disponível em: <http://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/drinkingwater>. Acesso em: 18 jul. 2021.